

# Sindicato teme perda de até R\$ 3 bi sem imposto

Entidades se preparam para mudança, que entrará em vigor em novembro

Os sindicalistas temem perder a maior parte da receita proveniente do imposto sindical, que deixa de ser obrigatório com a entrada em vigor da reforma trabalhista. A arrecadação com o imposto foi de cerca de R\$ 2,9 bilhões no ano passado.

A partir de novembro, o imposto sindical, que equivale a um dia de trabalho e é descontado em folha, passa a ser voluntário.

Segundo o economista José Dari Krein, da **Unicamp**, entre 25% e 30% da receita dos sindicatos é obtida com esse repasse.

A dependência é maior no caso das centrais, que em alguns casos praticamente sobrevivem do imposto, uma vez que não contam com mensalidade de sócios.

A CUT, maior central sindical do país, prevê orçamento 30% menor em 2018.

A Força Sindical afirma que corre o risco de acabar sem essa fonte de renda. Ela e a UGT defendem uma contribuição assistencial de trabalhadores de toda categoria (e não só dos filiados).

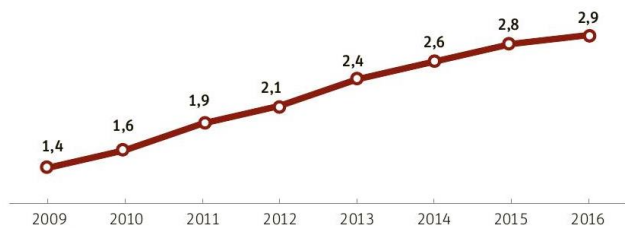
As entidades pressionam o governo Temer a editar uma medida provisória que regulamente a questão. A taxa de sindicalização no Brasil gira em torno de 20%, segundo o IBGE. **Mercado A15**



**TORNEIRA FECHADA**

Sindicatos temem que contribuição sindical, até agora fonte milionária de receita, despenque quando tornar-se voluntária

Total arrecadado por entidades de trabalhadores, em R\$ bilhões



# Sindicatos temem perda de até R\$ 3 bi com fim de imposto

Prevendo anos de penúria, entidades fazem demissões, reduzem serviços e avaliam compartilhar suas colônias

**Centrais ainda tentam convencer o governo a regulamentar cobrança de taxa assistencial para toda a categoria**

FERNANDA PERRIN  
DE SÃO PAULO

O sindicalismo brasileiro se prepara para enfrentar tempos de penúria. Com a reforma trabalhista, que entra em vigor no próximo mês, o imposto sindical, que equivale a um dia de trabalho e hoje é descontado em folha, passará a ser voluntário. O temor de sindicalistas é que parte expressiva dos trabalhadores deixe de contribuir, colocando em risco uma arrecadação que em 2016 somou cerca de R\$ 2,9 bilhões. Segundo o economista da **Unicamp** José Dari Krein, especialista em movimento sindical, levantamentos apontam que entre 25% e 30% da receita dos sindicatos vêm do imposto sindical.

A dependência é maior no caso das centrais, que em alguns casos praticamente sobrevivem desse repasse, uma vez que não contam com mensalidade de sócios, como acontece com os sindicatos.

A CUT (Central Única dos Trabalhadores), maior central do país, projeta um orçamento 30% menor em 2018. A Força Sindical diz que “vai acabar” sem o imposto, enquanto a União Geral dos Trabalhadores (UGT) vai se mudar para uma sede mais barata em São Paulo.

“O impacto negativo do fim do imposto deve ser generalizado. A queda de receita deve ser ainda mais substantiva em setores menos estruturados e com alta rotatividade, como comércio e construção civil”, diz Krein.

Um caso emblemático é o do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, que em 2016 fofa organização que mais recebe imposto sindical no Brasil — R\$ 31,5 milhões, segundo dados mais recentes do Ministério do Trabalho.

Em 2017, o orçamento total da entidade (considerando outras fontes além do imposto) foi de R\$ 95 milhões. Mas para o ano que vem a previsão é que o caixa encolha para R\$ 20 milhões, diz o presi-

dente, Ricardo Patah. Algumas medidas para se adaptar à nova realidade já estão sendo implementadas. O sindicato abriu um Plano de Demissão Voluntária (PDV) para cortar 200 dos 600 funcionários e vai reduzir em mais de 50% os serviços oferecidos, como atendimento médico. As oito subseções da entidade de serão fechadas.

O orçamento da UGT, também presidida por Patah, deve despencar de R\$ 50 milhões em 2017 para R\$ 1 milhão no ano que vem.

**PRESSÃO**

Uma saída defendida pela UGT e pela Força Sindical, entre outras centrais, é a cobrança da contribuição assistencial (também conhecida como taxa assistencial) de todos os trabalhadores da categoria, e não só dos filiados.

As entidades pressionam o governo Michel Temer para editar uma medida provisória (MP) que regulamente a questão, uma vez que no início do ano o Supremo Tribunal Federal decidiu que ela só poderia ser descontada de quem fosse filiado.

A taxa de sindicalização no Brasil gira em torno de 20%, de acordo com o IBGE. Por isso, os sindicatos querem ampliar a cobrança.

Sem a MP, a Força Sindical “vai acabar”, diz João Carlos Gonçalves, o Juruna, secretário-geral da central. “Nosso orçamento vai cair de R\$ 48 milhões para zero.”

Contando com a MP, o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo — que está negoci-

ando nova convenção coletiva — quer uma taxa assistencial de até 1% do salário da categoria. Do contrário, Miguel Torres, presidente da entidade, espera uma queda no próximo ano de 40% do orçamento de R\$ 50 milhões.

Nesse caso, Torres também defende que as convenções valham apenas para quem contribuir. “Como o sindicato vai trabalhar de graça para quem não paga?”

**COMPARTILHAMENTO**

“Eu tenho participado em muitos debates com sindicatos para a gente formular uma estratégia que não seja de desespero”, diz Quintino Severo, secretário de administração e finanças da CUT, central que historicamente sempre foi contra o imposto.

Uma das medidas que devem ser adotadas diante do orçamento apertado é a racionalização de custos e estrutura, como o compartilhamento de sedes por sindicatos diferentes, afirma Severo.

Isso já está sendo estudado pelo Sintetel-SP, entidade que representa os trabalhadores em telecomunicações, e que pretende compartilhar suas colônias de férias no litoral com outros sindicatos.

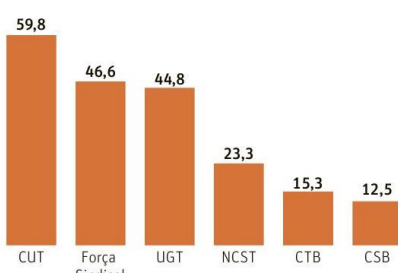
A entidade demitiu dez funcionários e deve fazer mais cortes, diz o vice-presidente, Mauro Cava de Brito.

Para contornar a queda, o Sintetel quer ampliar a oferta de cursos à distância em parceria com escolas privadas. Nesse esquema, os filiados pagam metade do valor do curso, e o restante é subsidiado pela empresa. A entidade ganha a mensalidade.

Outra alternativa é restringir a oferta de serviços. O Sindicato dos Químicos do Paraná, por exemplo, está limitando consultas odontológicas e médicas. Segundo o presidente da entidade, Francisco Rodrigues Sobrinho, o sindicato tem 1.900 filiados, que pagam R\$ 27 por mês.

Já entidades com alta taxa de sindicalização, como os bancários de São Paulo e os metalúrgicos do ABC, dizem que o fim do imposto terá pouco impacto, uma vez que contam com a contribuição assistencial e a mensalidade paga pelos sócios. Por isso, esses sindicatos devolvem o imposto aos trabalhadores.

Total arrecadado por central em 2016, em R\$ milhões

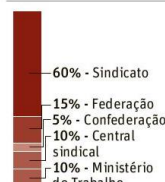


**SINDICATOS**  
Número de filiados



**ENTENDA**

Contribuição sindical	X	Contribuição/taxa assistencial
Equivale a 1 dia de trabalho	Quanto é	Valor varia porque é definido em assembleia do sindicato
Uma vez por ano, geralmente em março	Quando é descontada	Também varia, mas o mais comum é que seja mensalmente
Até a reforma, todos os trabalhadores CLT de uma categoria eram obrigados a pagar. A partir de novembro, contribuição passará a ser voluntária	Quem paga	A prática era descontar de todos os trabalhadores CLT, mas permitir que quem não quisesse impedisse o débito. Desde o começo do ano, porém, o STF decidiu que só pode ser descontada de filiados ao sindicato
	Quem recebe	O sindicato



Fonte: Ministério do Trabalho

## Cobrança da taxa assistencial gera polêmica

DE SÃO PAULO

Para sobreviver ao fim da obrigatoriedade do imposto sindical, com a entrada em vigor da reforma trabalhista no próximo mês, alguns sindicatos querem receber a contribuição assistencial de todos os trabalhadores.

O plano vai contra decisão do Supremo Tribunal Federal tomada em março, que definiu que a taxa não poderia ser descontada de quem não fosse filiado.

O valor da contribuição assistencial é definido em assembleia e inscrito na convenção coletiva. Até a manifestação do STF, a prática dos sindicatos era conceder um “direito de oposição” ao trabalhador que não quisesse pagar a taxa, liberando-o do desconto caso requisitado.

Para a advogada Maria Lucia Benhame, membro da comissão de direito sindical da OAB-SP, a cobrança geral seria inconstitucional porque violaria a liberdade sindical.

“Os tribunais entenderam que a contribuição obrigatória está fixada em lei e, portanto, ninguém poderia se eximir dela. As outras, por serem fixadas em instrumentos coletivos, só poderiam obrigar quem é filiado ao sindicato, porque é quem tem direito a voto nessas contribuições”, diz Benhame.

**CONSEQUÊNCIA**

Já o advogado José Eymard Loguericio, que presta consultoria para a Central Única dos Trabalhadores (CUT), entende que a cobrança de todos os trabalhadores é uma consequência lógica do fato de a convenção coletiva beneficiar a todos.

“Essa contribuição decorre do mesmo instrumento de convenção coletiva que se aplica a todos os trabalhadores, e não apenas aos que quiseram aderir [à taxa]”, afirma. Para isso, contudo, ele argumenta que todos os trabalhadores — filiados ou não — devem ter direito a voto na assembleia que definir o valor de desconto.

O advogado defende ainda que a autorização para cobrança do imposto sindical seja decidida em assembleia, de modo que seja válida para todos.

Essa visão difere da interpretação predominante da reforma, a qual entende que é prerrogativa individual dar ou não essa permissão de desconto. (FP)

## Dieese pede doações e 13º em campanha

DE SÃO PAULO

O aperto no bolso dos sindicatos com o fim da obrigatoriedade do imposto sindical também preocupa o Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).

A principal fonte de financiamento da organização é a contribuição dos cerca de 800 sindicatos associados. Eles pagam uma mensalidade que varia de R\$ 300 a R\$ 15 mil — dependendo do tamanho e do salário médio da categoria — para ter acesso aos ser-

viços prestados pelo Dieese.

Sem recursos para pagar essa mensalidade, alguns sindicatos já estão pedindo suspensão da filiação, diz o diretor técnico da entidade, Clemente Ganz Lúcio.

Antevendo dificuldades maiores, a entidade começou uma campanha pedindo o aporte de uma 13ª mensalidade dos filiados.

O Dieese também busca filiar mais sindicatos e passou a aceitar doações de pessoas físicas, afirma o diretor.

Desde 2015, com a redução dos convênios com o setor

público em razão da crise econômica e do ajuste fiscal, o Dieese já reduziu em R\$ 10 milhões seu orçamento.

Para o próximo ano, a estimativa é de R\$ 35 milhões — o que pode ser revisto em dezembro, caso o cenário se deteriore, diz o diretor.

“Ainda não deixamos de fazer atividades para o movimento sindical, mas, se houver redução do financiamento, teremos que fazer. Podemos não ter condição de acompanhar todas as negociações coletivas, por exemplo”, afirma Lúcio. (FP)

**“O impacto negativo do fim do imposto deve ser generalizado. A queda de receita deve ser ainda mais substantiva em setores menos estruturados e com alta rotatividade, como comércio, construção civil e trabalhadores rurais”**

JOSÉ DARI KREIN  
economista da Universidade de Campinas (Unicamp) e especialista em movimento sindical